

Tales Faria

Governo busca votos contra a dosimetria no centrão

O governo está em busca dos votos no centrão para manter o veto presidencial à redução das penas dos condenados pela tentativa de golpe de Estado. O Palácio do Planalto fez um mapeamento de como cada deputado votou o Projeto de Lei da nova dosimetria na madrugada de 10 de dezembro.

A avaliação é de que o veto só será mantido se mudarem de posição pelo menos 35 deputados do centrão que votaram a favor. Não necessariamente precisarão votar contra a derrubada do veto desta vez. Poderão apenas se ausentar.

Isso porque o texto foi aprovado com 291 votos favoráveis e são necessários 257 votos para a derrubada de vetos presidenciais. Portanto, haverá apenas 256 votos pela derrubada se 35 dos que votaram a favor não aparecerem, ou não registrarem voto, ou se manifestarem contra.

Além disso, o governo precisará garantir que aqueles que não votaram em dezembro também não votem agora, ou votem contra a derrubada.

Cinquenta deputados do centrão, segundo o levantamento do Palácio do Planalto, não votaram. O número inclui integrantes do União Brasil, do PP, do Republicanos, do PSD e do MDB, que deram 167 votos para aprovar a nova dosimetria. Também se ausentaram outros cinco deputados dos partidos que se denominam “centro democrático” (Solidariedade, PSDB, Podemos, Cidadania e Avante).

Não é uma tarefa fácil. Muitos desses do centrão e do centro que não votaram, na verdade, não o fizeram por dificuldades momentâneas, mas são favoráveis à derrubada do veto presidencial.

Terá que haver um convencimento, em conversas caso a caso, com todos os 50 do centrão que se ausentaram e os 167 publicamente favoráveis à diminuição das penas dos condenados pela tentativa de golpe. Assim como com os 37 dos partidos de centro

que votaram pela nova dosimetria e os cinco que se ausentaram. E há uns poucos espalhados pelos partidos de menor expressão.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entrou nessa empreitada. Os movimentos iniciais estão sendo no sentido de trazer para sua área de influência os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos Paraíba) e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Ambos têm influência sobre os votos nas duas Casas.

Lula já conseguiu pacificar Alcolumbre, que andava desgastado desde que foi anunciada a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, como nome do governo para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Alcolumbre preferia o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas se entendeu com o presidente após um encontro reservado na virada do ano no Palácio da Alvorada em que garantiu a indicação de Otto Lobo como presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outros benefícios.

Hugo Motta também foi chamado a se reaproximar do presidente, com quem dividiu nesta terça-feira, 13, o comando da solenidade de sanção, no Palácio do Planalto, do Projeto de Lei que concluiu a reforma tributária e do lançamento oficial da plataforma digital da reforma.

Motta e Lula ainda não acertaram a aliança eleitoral na Paraíba, onde o presidente da Câmara espera “um gesto” de Lula em favor da candidatura ao Senado de seu pai, Nabor Vanderley.

Os outros movimentos do presidente em direção à conquista de votos estão sendo feitos durante a reforma ministerial. O próprio Motta já se beneficiou indicando o novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, que, também traz votos do União Brasil.

Vivien Mello Suruagy*

A PEC da reforma administrativa é adequada? Sim

A PEC 38/2025, que altera normas sobre a administração pública para aperfeiçoar a governança e a gestão, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios, atende aos interesses maiores da população brasileira. Em tramitação na Câmara dos Deputados, a matéria é uma resposta aos anseios dos setores produtivos, da sociedade, do Legislativo e do próprio governo, buscando mais produtividade e menor custo.

É urgente rever a estrutura da máquina estatal, cujo peso impacta todas as cadeias produtivas, como ocorre no setor que represento, o de telecomunicações. Constituído por mais de 32 mil empresas, emprega 2,1 milhões de pessoas e recolhe R\$ 50 bilhões anuais em tributos. Fazemos parte da grande área dos serviços, que representa 70% do PIB nacional. A palavra da vez agora é cortar despesas com mais eficiência, para fugirmos do ciclo vicioso de aumento de tributos, que compromete muito nossa capacidade de investir, inovar e manter empregos.

Na equação do custo do Estado é preciso rever o aspecto referente à estrutura dos recursos humanos, um dos principais focos da PEC 38. Sabemos que o Brasil não tem número excessivo de servidores públicos, mas gasta muito mais com eles do que a grande maioria dos países. Aqui, esse dispêndio representa cerca de 3,5% do PIB e, o que é mais grave, sem o retorno esperado em eficiência, qualidade e agilidade dos serviços prestados à população.

O funcionalismo público é fundamental e deve ser valorizado, mas é preciso haver plano de cargos e salários, avaliação de desempenho profissional e incentivo à produtividade.

Além disso, é pertinente a possibilidade de desligamentos quando a performance não for satisfatória. É preciso, ainda, readequar o custeio dos Três Poderes, revendo altas remunerações, adicionais e benefícios exagerados, viagens desnecessárias e outras despesas não prioritárias para aqueles que pagam impostos. O aporte tecnológico, também pre-

visto na PEC 38, é muito importante para melhorar a eficiência do Estado.

É um absurdo que, em um país com 33,27% de carga tributária sobre o PIB, acima da média da América Latina e quase no mesmo patamar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), se caia na alternativa de majorar impostos. A máquina pública consome quase 40% das nossas riquezas. Devemos olhar com atenção para a saúde, educação e segurança. O foco agora é gestão.

É preciso enfrentar o problema custo Brasil. Por isso, é decisivo dar andamento à reforma administrativa, incluindo avaliação de desempenho, desburocratização e uso intensivo de tecnologia. É preciso rever contratos, priorizar parcerias que proporcionem eficiência, cortar despesas não prioritárias e revisar vinculações com salário mínimo, Benefício de Prestação Continuada e impacto da arrecadação na dupla saúde/educação.

O Estado não pode gastar mais do que arrecada. Em um mundo marcado pelo recrutamento do protecionismo e guerra tarifária entre grandes economias, competitividade não se constrói com mais impostos, mas com eficiência, segurança jurídica e estímulo à produção. Para atingir um nível mais robusto de crescimento sustentado, precisamos de uma taxa nacional de investimentos em torno de 22% do PIB. Hoje, esse indicador está em torno de 17% e continuará assim se for mantido o vício de onerar as empresas.

Assim, a reforma administrativa, que felizmente está sendo desengavetada pelo Congresso Nacional, é urgente e imprescindível. Nesse contexto, a PEC 38 é um avanço no sentido de modernizar o Estado, racionalizar seu custo e melhorar os serviços que entrega à sociedade. Se forem necessárias melhorias no texto, está na hora da revisão. O Brasil precisa disso!

***Presidente da Federação Nacional de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra).**

Barros Miranda*

O cinema nacional em expansão

As conquistas do Globo de Ouro por O Agente Secreto representam mais do que o reconhecimento internacional de um filme específico: elas funcionam como um marco simbólico das profundas transformações pelas quais o cinema nacional brasileiro vem passando nas últimas décadas. Quando uma obra brasileira alcança esse patamar de visibilidade global, o feito extrapola o tapete vermelho e reverbera no imaginário cultural do país, reposicionando o Brasil como produtor de narrativas complexas, universais e artisticamente ousadas.

O sucesso de O Agente Secreto evidencia uma maturidade estética e narrativa que já vinha sendo construída, mas nem sempre legitimada por grandes premiações internacionais. Ao conquistar o Globo de Ouro, o filme rompe a antiga lógica que restringia o cinema brasileiro ao rótulo de exotismo ou de denúncia social unidimensional. Sem abandonar o diálogo com questões políticas e históricas, a obra demonstra que é possível articular suspense, drama psicológico e sofisticação técnica com identidade autoral, alcançando públicos diversos sem diluir sua força crítica.

Essa conquista também dialoga com uma transformação estrutural do cinema nacional. Nos últimos anos, observa-se uma ampliação dos modelos de produção, circulação e financiamento, impulsionada tanto por políticas públicas quanto por coproduções internacionais e plataformas de streaming.

O cinema brasileiro passou a ocupar novos espaços, explorando gêneros antes pouco associados à produção nacional, como o thriller político e o espionagem, caso de O Agente Secreto. Essa diversificação reflete um setor mais confiante, que não teme dialogar com convenções globais, mas as ressignifica a partir de uma perspectiva local.

Além disso, o reconhecimento no Globo de Ouro contribui para a valorização dos profissionais envolvidos e fortalece a percepção de que o Brasil possui uma indústria criativa capaz de competir em alto nível. Em um contexto de instabilidade e frequentes ataques à cultura, esse tipo de vitória assume um caráter quase político: reafirma a importância do investimento contínuo em arte e educação, e desmonta o discurso de que o cinema nacional é irrelevante ou economicamente inviável.

Por fim, as conquistas de O Agente Secreto funcionam como um espelho e um horizonte. Espelho, porque refletem um cinema brasileiro que já mudou, mais plural, técnico e narrativamente ambicioso. Horizonte, porque apontam para um futuro em que o reconhecimento internacional não seja exceção, mas consequência natural de um ecossistema cultural vivo, diverso e consciente de sua própria potência.

***Jornalista e Historiador**